

A GEOGRAFIA HUMANA ANGLO-SAXÓNICA

A geografia (humana) anglo-saxónica tem reforçado, de forma indiscutível, a sua influência, mesmo em países com fortes «escolas nacionais». R. BRUNET (1982), por exemplo, refere num texto sobre a situação desta disciplina no seu país que «a geografia francesa deixou de ter, no seu conjunto, um papel inovador no seio da investigação mundial. Os paradigmas e as modas que os geógrafos seguem vêm geralmente de fora, sobretudo dos países de língua inglesa» (p. 206).

É, portanto, natural que todos aqueles que se interessem pela evolução do pensamento geográfico se debrucem sobre as transformações ocorridas no mundo anglo-saxónico, sobretudo nos E. U. A. e na Inglaterra. É justamente com a finalidade de melhor dar a conhecer e compreender

(⁵) FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO — «Breve Nota de Apresentação», *A Geografia em Coimbra. Exposição Bibliográfica. Catálogo*. Coimbra, 1986.

(⁶) *A Geografia em Coimbra. Exposição Bibliográfica. Catálogo*. Coimbra, 1986.

essa evolução que GARCÍA RAMÓN publicou um livro intitulado *Teoría y Método en la Geografía Humana Anglosajona* (¹).

Como se afirma no Prefácio, o objectivo é alcançado por duas vias: explicitando e caracterizando, por um lado, o contexto no interior do qual se desenvolvem os diferentes paradigmas durante o período analisado (dos anos 20 à actualidade); apresentando, pelo outro, uma selecção de artigos, de carácter conceptual ou empírico mas sempre integralmente traduzidos, susceptíveis de serem considerados como significativos de cada uma das abordagens consideradas.

Embora deixando claro que não defende uma perspectiva rígida e exclusivista do conceito de *paradigma* (isto é, uma visão segundo a qual o avanço do conhecimento científico se processa através da substituição, radical e inevitável, de sucessivos paradigmas dominantes), a autora organiza a apresentação do seu livro em torno das perspectivas que historicamente mais contribuíram para configurar a evolução da geografia nos países anglo-saxónicos: a geografia histórica (Inglaterra) e a geografia culturalista (E. U. A.) (1.^a parte); a geografia neopositivista (2.^a parte); a geografia radical (3.^a parte) e, finalmente, a geografia humanística (4.^a parte). Cada um destes capítulos inicia-se com a exposição, sucinta e clara, das principais características das várias perspectivas em análise e dos factores de ordem institucional e social que contribuíram para a sua emergência e posterior divulgação, segue-se a apresentação de um número variável de textos que permitem ilustrar alguns dos aspectos focados. De entre os autores seleccionados destacam-se nomes bem conhecidos como C. O. SAUER, E. L. ULLMAN, B. BERRY, D. HARVEY ou A. BUTTIMER.

Trata-se de uma publicação bem estruturada e que, no campo específico da evolução do pensamento geográfico, complementa, para o leitor de língua castelhana, as obras mais gerais de H. CAPEL (1981) e J. VILLÁ VALENTÍ (1983), por um lado, e, pelo outro, as recolhas de textos estrangeiros parcialmente traduzidos, como a que foi efectuada por J. GÓMEZ MENDOZA *et al.* (1982).

Ao reunir artigos de proveniência geográfica e temporal muito variada, a autora permitiu ultrapassar um obstáculo com que, por certo, qualquer professor destas matérias se defronta vulgarmente: a dificuldade em dar a conhecer aos seus alunos textos originais significativos mas pouco acessíveis. O artigo de C. O. SAUER, sugestivamente intitulado «A Educação de um Geógrafo», constitui talvez o melhor exemplo nesse sentido.

Naturalmente que qualquer selecção é sempre subjectiva e, por isso, discutível. Pessoalmente, penso que o conjunto de traduções deveria incluir algum artigo representativo do que parece ser a contribuição mais inovadora e consistente, em termos epistemológicos e metodológicos, da produção geográfica anglo-saxónica (e sobretudo inglesa) dos anos 80, e que se prende com a divulgação, em geografia, das ideias

(¹) GARCÍA RAMÓN, M. D. (1985). *Teoría y Método en la Geografía Humana Anglosajona*, Barcelona, Editorial Ariel, S. A.

de autores da área da filosofia ou das ciências sociais como R. BHASKAR («realismo transcendental») e A. GIDDENS («teoria da estruturação/estruturacionismo»). Textos como os de D. GREGORY (1981), S. W. WILLIAMS (1981), N. J. THRIFFT (1983) ou J. ALLEN (1983) poderiam ter sido incluídos, enriquecendo com proveito o leque de perspectivas contempladas.

Subjectiva é, também, a forma como valorizamos o contributo de cada autor ou a importância de cada tema. As referências, ao longo desta obra, a D. HARVEY ou ao «feminismo» talvez confirmem esta asserção, não sendo de todo improvável que, com o passar dos anos, algum do relevo que agora lhes é atribuído surja então como claramente empoado. Não penso, no entanto, que esse aspecto seja negativo ou que contribua, de algum modo, para pôr em causa o valor da publicação de GARCÍA RAMÓN. Pelo contrário, ela permite-nos enfrentar, sem rodeios, o facto de que «o desafio fundamental (...) consiste na elaboração de um tipo de conhecimento (...) em que caibam simultaneamente a emoção e o discurso lógico, a paixão e a razão» (A. BUTTIMER, citado na p. 223). Ou, por outras palavras, permite-nos evidenciar a necessidade de mobilizar a conflitualidade inerente à coexistência de diferentes leituras da realidade, de forma positiva e criadora.

Gostaria de referir, por último, que o livro de GARCÍA RAMÓN não se limita a ser uma obra bem estruturada e de útil consulta. Mais do que isso, a sua leitura é suficientemente estimulante para sugerir outros temas que, na continuação deste, mereciam ser investigados e objecto de posterior publicação. Darei dois exemplos.

O primeiro relaciona-se com o problema da *língua*. Ao seleccionar para estudo a geografia anglo-saxónica, e não especificamente a geografia de determinados países (E. U. A. e Inglaterra, por exemplo), pressupõe-se certamente a existência de elementos comuns suficientemente fortes para legitimar uma análise que não se confine à observação individual de cada espaço nacional. Esses elementos — de ordem social, cultural, institucional, etc. — são variados, mas a existência de uma mesma língua desempenha um papel fundamental ao propiciar a difusão mais rápida dos conhecimentos científicos que vão sendo produzidos. Sendo este facto indesmentível — ou, indo mais longe, exactamente porque esse é um facto indesmentível — não deixa de ser curioso verificar a continuidade da transferência das ideias mais inovadoras da Alemanha para os E. U. A. desde o início do século até aos finais da década de 50. E. SEMPLE, E. HUNTINGTON, C. O. SAUER, R. HARTSHORNE, E. L. ULLMAN, constituem exemplos de importantes geógrafos americanos cuja formação científica reflecte, em maior ou menor grau, essa influência, ilustrando o facto de a diversidade linguística não constituir obrigatoriamente uma barreira significativa à difusão do conhecimento científico. No entanto, a R. F. A. defronta-se hoje, quando comparada com países como os E. U. A., a Inglaterra, a França ou o Japão, com alguma dificuldade em manter-se como um importante pólo irradiador no mundo científico, situação que, pelo menos em parte, se prende com problemas de ordem linguística.

A evolução paralela dos conhecimentos geográficos na Alemanha e nos E. U. A. e, de forma geral, o processo de transferência de ideias merecia ser pesquisado de maneira mais sistemática, de modo a relevar factores que historicamente têm inibido ou propiciado a difusão alargada da produção científica de cada país.

Outro aspecto sugerido pela leitura da obra de GARCÍA RAMÓN diz respeito à conflitualidade, potencial ou virtual, que geralmente se associa à emergência de novas tendências e paradigmas. Isto é, complementando a recolha de artigos considerados representativos de diferentes leituras da realidade, teria o maior interesse a publicação de textos em que os respectivos autores, em debate directo, se demarcassem claramente de outros com perspectivas distintas. Caberia, portanto, a esses autores, e não a um investigador proveniente do «exterior», realçar os aspectos que, na sua óptica, constituem verdadeiras clivagens com as perspectivas em confronto. Paralelamente, poder-se-iam ainda publicar textos cuja tónica fosse a da conciliação de visões normalmente encaradas como antagónicas ou, pelo menos, divergentes. Devolvendo a interpretação dos conflitos existentes aos que neles directamente intervieram, e confrontando essas várias leituras com a nossa própria opinião sobre o significado das modificações ocorridas, talvez se dê um passo mais, no sentido de «emoção e discurso lógico, paixão e razão» não se excluírem mutuamente.

JOÃO FERRÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, J. (1983) — «Property Relations and Landlordism. A Realist Approach». *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 1 (2), p. 191-203.
- BRUNET, R. (1982) — «Rapport sur la Géographie Française». *L'Espace Géographique*, 3, p. 196-213.
- CAPEL, H. (1981) — *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona, Barcanova.
- GÓMEZ MENDOZA, J. et al. (1982) — *El Pensamiento Geográfico*. Madrid, Alianza Universidad, Textos.
- GREGORY, D. (1981) — «Human Agency and Human Geography». *Transactions of the British Geographers*, 6, p. 1-18.
- THRIFT, N. J. (1983) — «On the Determination of Social Action in Space and Time». *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 1 (1), p. 23-57.
- VILÀ VALENTÍ, J. (1983) — *Introducción al Estudio Teórico de la Geografía*. Barcelona, Ariel.
- WILLIAMS, S. W. (1981) — «Realism, Marxism and Human Geography». *Antipode*, 13, 2, p. 31-38.